

GP-RIM-2850/2025

Sorocaba, 16 de dezembro de 2025

Senhor Presidente,

Em atenção ao requerimento nº 3276/2025, de autoria do nobre vereador Raul Marcelo de Souza e aprovado por esse Legislativo, no qual requer análise sobre o contrato da gestora da UPH Zona Norte, encaminhamos a Vossa Excelência resposta exarada pela Secretaria da Saúde.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos renovando os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

LUIZ HENRIQUE
GALVAO:37887
959802

Assinado de forma digital
por LUIZ HENRIQUE
GALVAO:37887959802
Dados: 2025.12.16
14:01:12 -03'00'

LUIZ HENRIQUE GALVÃO
Secretário de Relações Institucionais e Metropolitanas

Excelentíssimo Senhor
LUIS SANTOS PEREIRA FILHO
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
SOROCABA - SP





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

SES - Gerenciamento Administrativo e Atos Oficiais da Saúde

OFÍCIO SES/GS Nº 1139/2025

À Divisão de Expediente

Secretaria de Governo

ASSUNTO: Requerimento nº 3276/2025 – Vereador Raul Marcelo de Souza

“Requer análise sobre o contrato da Gestora da UPH Zona Norte.”

Em resposta ao requerimento supracitado, temos a informar o que segue:

Informamos que a Secretaria de Saúde, por intermédio da Divisão de Administração de Convênios, vem realizando a fiscalização da execução do ajuste de forma contínua, nos termos pactuados no convênio, foi expedido ofício à Organização Social gestora da unidade, solicitando os devidos esclarecimentos, os quais foram apresentados por meio do Ofício nº 1.971/2025, que acompanha a presente resposta em anexo.

No referido ofício, o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social informa que: (i) não há atrasos salariais no âmbito do atual contrato aditivo, estando a folha de pagamento regularizada; (ii) não existem débitos de FGTS ou contribuições previdenciárias vinculados ao Projeto UPA/UPH Zona Norte, salvo o mês corrente, dentro do prazo legal; (iii) as denúncias de falta de insumos e precariedade no atendimento não procedem, mencionando, inclusive, índice de satisfação dos usuários obtido por meio de sistema de avaliação instalado na unidade; (iv) as adequações estruturais e de segurança estão em processo de regularização, com renovações de alvarás e trâmites para emissão/atualização do AVCB em curso; e (v) a situação econômico-financeira da entidade não compromete a execução do ajuste, declarando inexistirem passivos trabalhistas relativos ao projeto.

A Secretaria de Saúde reitera que mantém a fiscalização contínua e rotineira de todos os contratos e ajustes, nos termos da legislação vigente, justamente para evitar a assunção de quaisquer passivos ou irregularidades que possam vir a comprometer o Erário.



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300036003800360032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveitamos a oportunidade para renovar elevados votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Dr. João Pedro Arruda Fraletti Miguel

Secretário da Saúde

Sorocaba, na data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **João Pedro Arruda Fraletti Miguel, Secretário Municipal**, em 12/12/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1208602** e o código CRC **DDE8A9DF**.

Referência: Processo nº 3552205.404.00170122/2025-77

SEI nº 1208602



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3100300036003800360032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OFÍCIO Nº 1.971/2025

Belo Horizonte (MG), 01 de dezembro de 2025.

Ao Município de Sorocaba/SP.

À Secretaria de Saúde do Município de Sorocaba/SP

À Sra. Bruna Mara Caruso | Divisão de Administração de convênios-Secretaria de Saúde.

Referência: Requerimento nº 3276/2025

Assunto: Apresentação de esclarecimentos – PA 17180/2021 UPA Zona Norte.

Prezados,

O Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social, vem respeitosamente, apresentar os esclarecimentos solicitados via e-mail em 28/11/2025, em relação ao PA 17180/2021 UPA Zona Norte.

Trata-se de solicitação de esclarecimentos acerca dos apontamentos realizados no âmbito do Requerimento nº 3276/2025, para análise do contrato de gestão da UPA Zona Norte em Sorocaba, por meio do qual o Vereador Raul Marcelo apresenta diversos apontamentos, os quais serão elucidados na presente, e solicita avaliação de suspensão do referido contrato de gestão.

Informa-se preliminarmente que, o Instituto tem dedicado todos os esforços para atender as demandas solicitadas, nos limites de nossas competências.

Dados os apontamentos realizados, é o presente para dirimir alguns pontos, bem como apresentar a documentação comprobatória (a qual pode ser acessada por meio do link:

https://drive.google.com/drive/folders/1p6BQgQupSNEdUI7exHlEkbcAx52_UIWL) nos termos que se seguem.

I- Das alegações de atrasos salariais dos colaboradores da UPH Zona Norte:



No que se refere aos alegados atrasos salariais, informa-se que não há atrasos para o período do atual contrato aditivo. Neste sentido, importa destacar que a folha de pagamento do Projeto encontra-se integralmente regularizada e estabilizada, refletindo a adoção de medidas administrativas eficazes voltadas à plena normalização do fluxo financeiro necessário ao cumprimento das obrigações trabalhistas. Os vencimentos dos colaboradores vêm sendo quitados de forma contínua e tempestiva, observando-se rigorosamente o prazo legal até o quinto dia útil de cada mês.

Tal regularidade demonstra o compromisso institucional com a manutenção da segurança jurídica, da previsibilidade administrativa e do respeito aos direitos dos trabalhadores vinculados ao Projeto.

II- Das alegações de ausência de depósitos de FGTS e contribuições previdenciárias, em especial quanto ao apontamento de falta de recolhimento desde março de 2024, com valor estimado de aproximadamente R\$ 7 milhões:

Quanto as alegações de ausência de depósito de FGTS, informa-se que não há débitos em aberto, e que as obrigações trabalhistas associadas ao Projeto de Sorocaba estão totalmente adimplidas, havendo pendência apenas quanto ao mês corrente, cujo vencimento observará rigorosamente o prazo legal.

Importa esclarecer, ainda, que não existem parcelamentos ativos, débitos pretéritos ou qualquer valor em aberto vinculado a este Projeto, o que evidencia a plena conformidade, estabilidade financeira e regularidade das contribuições devidas.

III- Acerca das denúncias realizadas, informa-se que:

O relatório apresentado se lastreia em denúncias que apontam diversas precariedades na execução do Projeto, neste sentido, é preciso responder aos apontamentos de forma apartada:



- a) **Das alegações de falta de insumos básicos (soro, agulhas adequadas, *abocaths*, gases, ataduras, papel higiênico, papel toalha, copos descartáveis e demais materiais de uso imediato na assistência):**

No que tange ao questionamento relativo à eventual falta de materiais, cumpre esclarecer que não houve desabastecimento dos seguintes itens: soro, agulhas, *abocath*, gaze, papel higiênico, papel toalha e copos descartáveis, os quais permaneceram devidamente disponíveis para utilização pela equipe.

Registra-se, apenas, a ocorrência pontual de ausência de atadura de crepe, situação que foi prontamente solucionada com a reposição imediata do item, sem ocasionar qualquer prejuízo à continuidade ou à qualidade da assistência prestada.

Anexos, seguem os comprovantes de aquisição de insumos, bem como os registros de controle da engenharia clínica relativos aos equipamentos.

- b) **Acerca da informação de precariedade no atendimento aos usuários e nas condições de trabalho das equipes:**

Atualmente, a unidade conta com um sistema de avaliação direta pelo usuário do SUS, disponibilizado por meio de totem instalado na recepção, o que permite interação imediata entre a gestão e a percepção dos pacientes acerca dos serviços prestados.

No período de outubro de 2025, a unidade alcançou a nota média de 8,28, atribuída pelos usuários em um universo de 7.692 (sete mil, seiscentas e noventa e duas) avaliações. A mensuração contempla seis quesitos de percepção indicados pelos pacientes, conforme detalhado a seguir.

Geral: o paciente emite sua opinião geral sobre a UPH.

Recepção: Nesse quesito o usuário emite sua opinião sobre acolhimento e triagem.

Enfermagem: o paciente avalia os profissionais da enfermagem, seu acolhimento e processos de atendimento realizados pela equipe.

Médico: o paciente avalia o serviço médico que o atendeu.

Limpeza: o paciente avalia a limpeza geral das instalações e a velocidade de resposta a incidentes de higienização, inclusive banheiros e leitos.



Exames: onde o paciente avalia a sua percepção que vai desde a coleta de material até a resposta de exames, tempo e qualidade do procedimento.

Após a apuração dos resultados, é elaborado um plano de ação imediato, voltado ao aprimoramento da comunicação das normas institucionais e ao fortalecimento das medidas que assegurem à população e aos profissionais a qualidade e a segurança na prestação dos serviços. Reitera-se que todos os munícipes devem receber atendimento integral, adequado e seguro.

No tocante aos profissionais de saúde, o plano reforça a necessidade de contínua orientação quanto aos protocolos institucionais e municipais, bem como a observância e garantia dos direitos trabalhistas assegurados a cada colaborador.

Diante do exposto, reafirma-se o compromisso institucional com a melhoria contínua dos processos e com a adoção de medidas que promovam a eficiência administrativa e a segurança assistencial. O Instituto pauta sua atuação pelo respeito às normas, pela valorização de seus profissionais e, sobretudo, pela prestação de um serviço público de excelência. Assim, permanece empenhado em assegurar à população um atendimento de qualidade, humanizado e plenamente alinhado às necessidades dos cidadãos que dele dependem, fortalecendo, dia após dia, a confiança depositada na gestão e na execução dos serviços de saúde.

c) Sobre equipamentos danificados (macas, camas improvisadas etc.) e problemas de higiene na unidade.

No tocante as alegações aqui apresentadas, não foram identificados equipamentos danificados, tampouco inadequações relativas às condições de higiene da unidade.

Ressalte-se que a instituição conta com empresa de Engenharia Clínica alocada em suas dependências, o que assegura que qualquer equipamento que apresente falha ou irregularidade seja prontamente reparado, encaminhado para manutenção ou, se necessário, substituído, garantindo a continuidade e a segurança dos atendimentos.

IV- Das alegações de irregularidades estruturais e de segurança apontadas pela fiscalização:



No que se refere às alegações de irregularidades estruturais, cumpre destacar, inicialmente, que o Instituto se encontra em processo de regularização dos pontos remanescentes que ainda demandam ajuste. Nesse sentido, informa-se que:

- **Da ausência de medidas de prevenção de acidentes:**

As medidas de prevenção de acidentes já foram implantadas e estão em aperfeiçoamento, com ações voltadas à adequação das condições de segurança do ambiente de trabalho.

Destaca-se que, um novo plano já foi devidamente encaminhado a Secretaria para conhecimento e aprovação, de forma que, não há que se falar em ausência de prevenção de acidentes, apenas de medidas em aperfeiçoamento.

- **Sobre a informação de que há na unidade hidrantes inoperantes:**

No que se refere aos hidrantes apontados como inoperantes, esclarece-se que o processo de regularização, sendo parte da regularização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), o qual já se encontra na prefeitura.

Importa salientar que, o projeto técnico operacional já se encontra em execução, aguardando aprovações que fogem ao escopo do Instituto, e os que permanecem na competência deste, já se encontram em execução.

- **Acerca da rede elétrica em condições classificadas como “caótica”:**

Quanto a alegação de que a rede elétrica se encontra em condições classificadas como “caótica” a mesma não procede. Atualmente, o Instituto conta com a empresa IDL, que, por meio de engenheira responsável, presta suporte técnico especializado para a gestão da manutenção predial, incluindo o atendimento das demandas relativas à rede elétrica.

Ademais, informa-se que a infraestrutura elétrica da unidade opera de forma adequada, sem sobrecarga, assegurando o pleno funcionamento dos sistemas médicos e administrativos.

- **Acerca da ausência de alvará de funcionamento e demais licenças exigidas:**



Informa-se que os alvarás pertinentes a operação regular da UPA encontram-se em processo de renovação junto aos órgãos emissores na esfera municipal, importa salientar que, as renovações aqui elencadas estão no prazo de processo de renovação e que os órgãos pertinentes já se encontram cientificados.

Destaca-se que já foi iniciada a regularização do CREMESP (item obrigatório para licença da vigilância sanitária), o qual possui o prazo de 30 (trinta) dias.

Oportunamente, informa-se que os procedimentos necessários à emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da unidade já se encontram regularmente instaurados e em trâmite junto ao Município, observadas as etapas técnicas e administrativas exigidas pela legislação vigente.

V- Acerca da situação econômico-financeira do Instituto Avante Social e do grupo empresarial ao qual pertence, diante das informações de dívidas superiores a R\$ 50 milhões, indicando de forma objetiva:

Conforme anteriormente exposto, as pendências financeiras por ventura existentes no âmbito institucional não têm repercussão na execução do Projeto UPA Zona Norte-Sorocaba.

Nesse contexto, destaca-se que os débitos fiscais e previdenciários, conforme elencado na presente, referentes aos colaboradores vinculados à UPA estão integralmente regularizados, conforme comprovantes anexos. Assim, a situação econômico-financeira do Instituto, não impõe qualquer impacto negativo à continuidade, qualidade ou regularidade da execução do Projeto neste Município.

Ademais, não existem passivos trabalhistas relativos ao Projeto em referência, e que, conforme documentação comprobatória, o saldo salarial encontra-se em dia e o 13º (décimo terceiro) salário foi pago adiantado. Esclarece-se, ainda, que não há quaisquer parcelamentos ativos referentes a obrigações fiscais ou previdenciárias vinculadas à execução do Projeto UPA Zona Norte, razão pela qual não subsiste risco de impactos financeiros decorrentes dessas naturezas de débito.

A gestão do Projeto tem sido conduzida com rigor técnico, observância estrita das normas aplicáveis e responsabilidade administrativa, assegurando a regularidade das obrigações assumidas e a idoneidade das informações ora apresentadas. Mantém-



se, assim, o compromisso institucional com a adequada execução das atividades, o atendimento eficiente das demandas operacionais e o fiel cumprimento das disposições legais e contratuais que regem o Projeto, de modo a garantir a integridade e a confiabilidade dos registros e demonstrativos encaminhados nesta oportunidade.

VI- Da solicitação de envio de documentos

No tocante a solicitação de envio de documentação comprobatória, informa-se que, tais documentos já foram enviados anteriormente, contudo, conforme solicitado, oportunamente encaminhamos novamente.

No que concernem a comprovação de FGTS e Passivo Trabalhista, anexa-se a presente a certidão de regularidade perante o FGTS, bem como a certidão negativa de débitos trabalhistas.

Apresenta-se, por oportuno, o Relatório de Avaliações referente ao mês de outubro, documento que corrobora de forma objetiva e verificável as informações aqui prestadas quanto à estrutura disponível, aos padrões de atendimento observados e ao comprometimento empregado na gestão da unidade. O material ora encaminhado visa contribuir para a plena transparência das ações desenvolvidas e para o alinhamento institucional necessário ao aprimoramento contínuo dos serviços, reforçando a disposição desta gestão em manter diálogo colaborativo e permanente com os órgãos de controle e demais partes interessadas.

Considerando os elementos tratados na presente, o Instituto solicita a esta ilustre Secretaria o envio da documentação comprobatória do aqui alegado, principalmente acerca dos débitos apontados vez que, conforme comprovado, tais alegações apresentam-se como inverídicas.

Sendo só para o momento, o Instituto reitera o compromisso com a qualidade e continuidade do atendimento de saúde oferecido aos cidadãos, e permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

VIVIANE
TOMPE SOUZA
MAYRINK: [REDACTED]
[REDACTED]

Assinado de forma
digital por VIVIANE
TOMPE SOUZA
MAYRINK: [REDACTED]
[REDACTED]

Viviane Tompe de Souza Mayrink | Presidente
Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social

